

## **VI ENEPCP**

ST06: Políticas públicas, políticas econômicas e o campo de públicas

**Coordenação: João Guilherme Rocha Machado (USP), André Gal Mountian (USP), Agnaldo Valentin (USP)**

**Monika Dowbor (UFRGS e INCT-Participa)**

**Marcelo Dutra (UFPEL e INCT-Participa)**

**Francioli Bagatin (UFPEL e INCT-Participa)**

**Henrique Aragusuku (Cebap e INCT-Participa)**

### **Movimentos sociais e injustiças tributárias no Brasil: mapeamento de redes discursivas**

Que lugar ocupa a questão de injustiças tributárias nos movimentos sociais brasileiros que lutam pela implementação de políticas sociais? Essa pergunta tem como pano de fundo a constatação sobre o paradoxo da Constituição de 1988, na qual a ampliação dos direitos sociais não foi acompanhada pela progressividade da base fiscal. Em diálogo com a literatura de sociologia fiscal e a Teoria de Processo Político, neste paper buscamos analisar como diferentes movimentos sociais brasileiros abordam a questão tributária nas suas reivindicações em termos de diagnósticos de injustiças, prognósticos de soluções fiscais e coalizões construídas. Para isso, realizamos uma análise de redes discursivas de 69 documentos produzidos por movimentos em períodos de oportunidades políticas (2023 e 2024). Mais especificamente, foram selecionadas as publicações de organizações dos movimentos sanitarista, sindical, feminista, de reforma agrária, negro, estudantil, ambiental e climático. Os resultados preliminares mostram que os movimentos trabalham pautas tributárias específicas e identificam os destinos dos recursos fiscais. Observa-se uma especialização nas causas tributárias o que pode ser visto também como dispersão e pouca articulação entre movimentos. A mesma tendência de fragmentação foi identificada nas coalizões formadas em torno de injustiças tributárias.

### **Resumo expandido**

Que lugar ocupa a questão de injustiças tributárias nos movimentos sociais brasileiros que lutam pela implementação de políticas sociais? Essa pergunta tem como pano de fundo a constatação sobre o paradoxo da Constituição, na qual a ampliação dos direitos sociais não foi acompanhada pela progressividade da base fiscal. Além da política de austeridade fiscal,

o Brasil, no seu contrato fiscal, arrecada pouco dos mais ricos e oferece uma imensidão de isenções fiscais que tornam o orçamento público reduzido, impondo limites no alcance da implementação de políticas. Ao mesmo tempo, conforme mostra uma vasta literatura, os movimentos sociais têm sido essenciais para a formulação e implementação de políticas em termos de propostas, incidência, controle social e, não mais raramente, de execução. Como estes movimentos sociais se posicionam diante dessa tensão fiscal? Como enquadram os conflitos tributários e em que momentos? As perguntas são de caráter descritivo e carregam uma reflexão mais ampla sobre os recursos, suas fontes e formas de redistribuição, aspectos contidos nas políticas públicas pelas quais esses movimentos têm lutado desde a redemocratização. Entendemos, junto com Martin et al. (2009), que o sistema fiscal é uma maneira de formalizar o contrato social na medida em que ele institucionaliza os níveis das desigualdades toleráveis e os meios aceitáveis de redistribuição – com isso, demarcando as linhas de clivagens sociais. Esse foco sociológico e político sobre o sistema fiscal implica o olhar para a ação coletiva e os conflitos.

A questão de impostos e movimentos sociais ainda é uma questão pouco discutida pela sociologia política e pelos estudos de movimentos sociais em âmbito internacional. Conforme afirmam dois especialistas dedicados a esse campo, “although the subject of tax protest is presumably of substantial interest to rulers and legislators, it has been little studied by social scientists because it falls between the disciplines of economics and sociology” (Martin e Gabay, 2017, p. 3). A principal questão desses estudos, ainda que sejam poucos, é entender a relação entre tipos de impostos e mobilizações. Um dos estudos mais citados é o de Wilensky (2002), segundo o qual são os impostos diretos, como o de propriedade ou renda, que desencadeiam um maior número de protestos. Em contrapartida, estudos mais recentes questionam esse achado, mostrando que foram impostos indiretos e, portanto, supostamente invisíveis sobre o comércio que provaram ser os mais controversos politicamente – seja porque, no caso dos impostos especiais de consumo, os seus encargos estavam concentrados em grupos específicos que tinham os meios para protestar (Martin e Gabay, 2017).

O objetivo da pesquisa da qual essa proposta de paper faz parte é analisar como diferentes movimentos sociais brasileiros abordam a questão tributária nas suas reivindicações em termos de diagnósticos de injustiças e prognósticos de soluções fiscais para melhoria e ampliação de políticas públicas. Buscamos também entender essa ação coletiva em termos de formação de coalizões construídas em torno dessas pautas. Quais são as pautas tributárias comuns, o que os movimentos compartilham e como constroem as articulações são algumas das perguntas norteadoras desse mapeamento.

Para isso, realizamos uma análise de redes discursivas (ARD) (Leifeld, 2013, 2017), um tipo de metodologia de análise que busca entender as conexões entre atores e discursos por meio da codificação de textos e da construção de redes. A ARD produz pontes entre a análise de redes e a análise de discurso a partir do uso dos softwares *Discourse Network Analysis*, que permite a codificação de um texto a partir de variáveis pré-estabelecidas e a criação de grafos de redes que estabelecem relações (de conexão, distância, centralidade, etc.) entre essas variáveis. Na presente pesquisa, foram estipuladas as seguintes variáveis: “Autor do documento”, “Organização Citada”, “Origem do Tributo” (proposta de tributação) e “Destino do Tributo” (para onde o recurso será destinado). A partir da análise dessas variáveis, é possível visualizar quais movimentos apresentam propostas similares, como as propostas estão conectadas com os destinos e a formação de alianças e coalizões.

A análise foi realizada utilizando os documentos coletados para um banco de dados sobre movimentos sociais e políticas tributárias. Composto uma pesquisa mais ampla, esse banco de dados compilou publicações dos sites oficiais de 30 organizações de 15 movimentos sociais (duas de cada) que abordam a questão tributária, gerando um total de 572 documentos. Para o presente trabalho, foi feito um recorte desse banco com base nos anos de frequência mais acentuada de publicações (2023 e 2024) e abarcando organizações de uma variedade de áreas de movimentos que publicaram nesses anos. Mais especificamente, foram selecionadas as publicações da ABRASCO (movimento sanitário), da CUT (movimento sindical), da MMM (movimento feminista), do MST (movimento de reforma agrária), do Quilombação (movimento negro) e da UNE (movimento estudantil). No total, 69 documentos foram selecionados para análise. Os resultados preliminares mostram que os movimentos trabalham pautas tributárias específicas e identificam os destinos dos recursos fiscais a serem obtidos. Observa-se uma especialização nas causas tributárias, o que pode ser visto também como dispersão e pouca articulação entre movimentos. A mesma tendência de fragmentação foi identificada nas coalizões formadas em torno de injustiças tributárias nas quais os movimentos compartilham pouco os mesmos aliados.

Referências:

LEIFELD, Philip. Reconceptualizing Major Policy Change in the Advocacy Coalition Framework: A Discourse Network Analysis of German Pension Politics. *Policy Studies Journal*, v. 41, n. 1, p. 169-198, 2013. <https://doi.org/10.1111/psj.12007>

LEIFELD, Philip. Discourse Network Analysis. In: VICTOR, J. N. et al. (Eds.), *The Oxford Handbook of Political Networks*. Oxford: Oxford University Press, 2017, p. 301-325.

MARTIN, Isaac William; MEHROTRA, Ajay K.; PRASAD, Monica (Ed.). *The new fiscal sociology: Taxation in comparative and historical perspective*. Cambridge University Press, 2009

MARTIN, William; Isaac; GABAY, Nadav. Tax policy and tax protest in 20 rich democracies, 1980–2010. *The British journal of sociology*, v. 69, n. 3, p. 647-669, 2018

WILENSKY, H.L. *Rich Democracies: Political Economy, Public Policy, and Performance*, Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 2002